

Raul Monteiro

POLITICALIVRE

politicalivre@politicalivre.com.br

05.02.2010 às 16:29

PM se divide e votação da PEC 300 pode não sair, diz Capitão Tadeu



PMs baianos participam de manifestação em Brasília

Apesar da movimentação em nível nacional das polícias militares pela aprovação da PEC 300, que equipara o piso da categoria ao que é pago no Distrito Federal (R\$4,5 mil), o projeto pode parar no Congresso. E o que revela o deputado estadual Capitão Tadeu (PSB), em entrevista ao Política Livre. O parlamentar, que está em Brasília participando das manifestações, explica que a divisão do movimento se deveu ao descontentamento dos policiais do DF, representados na Câmara pelo deputado Cabo Patrício (PT).

A insatisfação decorre do alto impacto financeiro de futuros reajustes nos vencimentos dos PMs do DF, o que dificultaria as negociações da categoria com o governo distrital. Para contrapor a proposta da PEC 300, Patrício, que é presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra), mobilizou parte do movimento em favor da PEC 41, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB), e que já foi aprovada no Senado. A proposta também cria um piso nacional para os PMs, mas não estipula um valor.

Para Tadeu, a questão só deverá ser contornada através de uma negociação entre a Câmara e o Senado, que poderá modificar o teor do projeto. “O senado não vai aprovar a PEC 300, que vem da Câmara, se há a PEC 41 na Câmara, que é de autoria do Senado, para ser votada. Renan tem poder para travar tudo”, analisa. O deputado reclama da participação do Soldado Prisco, presidente da Aspra (Associação de Praças da Bahia), que segue as orientações de Patrício,